



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Administração

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

		(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)	
	Nota	31/12/2014	31/12/2013		Nota	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante		10.314	11.412	Passivo circulante		23.739	20.329
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.619	5.524	Empréstimos e financiamentos	11	13.368	13.404
Contas a receber de clientes	7	5.995	5.396	Fornecedores	12	6.059	997
Impostos a recuperar	8	1.474	296	Salários, férias e encargos sociais		111	163
Despesas pagas antecipadamente		210	178	Impostos e contribuições sociais a recolher		508	910
Outros ativos		16	18	Provisões para gastos com UBP		236	242
Não circulante		442.663	452.088	Provisões para gastos ambientais	13	2.380	3.867
Títulos e valores mobiliários	6	9.623	8.834	Taxas regulamentares e setoriais		983	658
Impostos a recuperar	8	13.958	17.343	Credores diversos		67	68
Cauções e depósitos judiciais		306	209	Outros passivos		27	20
Outros ativos		481	401	Não circulante		159.176	172.552
Imobilizado	9	416.872	423.903	Empréstimos e financiamentos	11	150.368	163.166
Intangível	10	1.423	1.398	Adiantamento para futuro aumento de capital	20.1	6.400	6.400
Total do ativo		452.977	463.500	Provisões para contingências	14	52	44
				Provisões para gastos com UBP		1.885	1.916
				Provisões para gastos ambientais	13	–	556
				Outras obrigações		471	470
				Patrimônio líquido		270.062	270.619
				Capital social	15	84.100	84.100
				Adiantamento para futuro aumento de capital	20.1	206.176	206.176
				Prejuízos acumulados		(20.214)	(19.657)
				Passivo e patrimônio líquido		452.977	463.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

		(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)	
		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2012		84.100	–	(20.842)	269.434		
Lucro líquido do exercício		–	–	1.185	1.185		
Saldos em 31 de dezembro de 2013		84.100	206.176	(19.657)	270.619		
Ajuste de exercícios anteriores		–	–	17	17		
Prejuízo líquido do exercício		–	–	(574)	(574)		
Saldos em 31 de dezembro de 2014		84.100	206.176	(20.214)	270.062		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ijuí Energia S/A ("Companhia" ou "Ijuí") é uma "SPE - Sociedade de Propósito Específico", com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1996 - 16º andar - Vila Olimpia - na cidade de São Paulo - SP, e tem por objeto explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à Central Geradora; e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 1.369 de 28 de março de 2011, liberou a unidade geradora UG1, de 25.500 kW de capacidade instalada da UHE São José, para início da operação comercial a partir de 29 de março de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. Em 03 de junho de 2011, por meio do Despacho nº 2.369, foi liberada a unidade geradora UG2, de 25.500 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 04 de junho de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 006/2006-MME-UHE SÃO JOSÉ, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou a Companhia, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica, pelo prazo de 35 anos, que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Ijuí e com potência instalada mínima de 51 MW. Como pagamento pelo uso do bem público a Companhia efetuará o pagamento de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 155, sendo a primeira parcela a ser paga no início das operações comerciais da UHE. As operações da UHE foram iniciadas durante o exercício de 2011 e durante os últimos exercícios a Companhia vem dependendo quantias significativas relacionadas a compra de energia elétrica, para fazer face as obrigações de disponibilização de energia elétrica prevista em seu contrato, haja vista o cenário hidrológico atual do país. A Companhia depende de aportes de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou de terceiros, juntamente com os resultados futuros suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2014 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 19 de fevereiro de 2015. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **3.1.2. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e também pelo fato da administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento. **3.1.3. Contas a receber de clientes:** A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração da Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2014 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.5. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.1.6. Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2014 e 2013, incluindo operações de hedge. **3.2. Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.3. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se,

9. IMOBILIZADO

A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2014	Adições	Transferências	31/12/2013
Em serviço					
Terenos	0%	28.835	–	–	28.835
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3%	199.136	–	–	199.136
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3%	8.819	–	–	8.819
Máquinas e Equipamentos	4%	204.933	8	48	204.925
Veículos	14%	70	8	–	14
Móveis e Utensílios	6%	25	–	(48)	25
Em curso		16.882	4.049	–	12.881
Total do custo do imobilizado		458.700	4.065	–	454.635
Depreciação					
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(17,036)	(4.445)	–	–	(12.591)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(6,98)	(182)	–	–	(516)
Máquinas e Equipamentos	(24,082)	(6.460)	–	–	(17.622)
Móveis e Utensílios	(9)	(7)	–	–	(2)
Veículos	(3)	(2)	–	–	(1)
Total da depreciação		(41.828)	(11.096)	–	(30.732)
Total do imobilizado líquido		416.872	(7.031)	–	423.903

houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5. Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, mais juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 474/2012. **3.6. Intangível:** Software: O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI, a valor presente, e a contrapartida a conta de ativo intangível. O valor do UBP é trazido a valor presente até a data de entrada em operação, atualizado anualmente utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. **3.7. Tributação:** **3.7.1. Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **3.7.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social da Companhia são calculados pelo regime do Lucro Real. **3.7.3. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014:** Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação das mesmas e até o momento não prevê alteração no seu plano de negócios. **3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.9. Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas à título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social, a Diretoria poderá submeter à autorização do Conselho de Administração o pagamento de juros sobre capital próprio e/ou dividendos à conta do lucro apurado no período, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício. **3.10. Reconhecimento da receita:** A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. **3.10.1. Receita de geração de energia elétrica:** A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais. **3.10.2. Receita de juros:** A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **3.11. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4. PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS REVISADOS PELO CPC

4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas: A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Dentre estes, as normas que foram adotadas pela primeira vez não causaram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19 (R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	673	5
Aplicações financeiras	1.946	5.519
	2.619	5.524

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, a 7,5% do CDI em 31 de dezembro de 2014, comparado entre 8,0% a 100,3% do CDI em 31 de dezembro de 2013.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2014	31/12/2013
Não circulante		
Títulos e valores mobiliários	9.623	8.834
	9.623	8.834

Essa aplicação financeira refere-se à constituição de conta reserva definida no contrato de empréstimo da Companhia com o BNDES. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas. A administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta reserva a investimento em aplicação financeira TRUSTEE Soberano de longo prazo, tendo como característica a baixa liquidez, o baixo risco de crédito, referenciado em DI, no qual o rendimento consiste na variação de cotas mensais com remuneração variável em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	5.995	5.206
Liquidação positiva CCEE	–	190
	5.995	5.396

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
IRRF	–	225
IRPJ	993	–
CSLL	481	–
Outros	–	71
	1.474	296

	31/12/2014	31/12/2013
Não circulante		
IRRF	3.195	3.393
CSLL	428	446
PIS	1.730	2.306
COFINS	8.432	10.982
Outros	173	216
	13.958	17.343

Os créditos de PIS e COFINS registrados no não circulante foram constituídos sobre a aquisição de bens do ativo imobilizado.

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

		(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)	
	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida		17	49.972
Custos operacionais		–	41.480
Custos dos serviços prestados		(8.753)	(7.108)
Taxa de fiscalização		(96)	(99)
Compra de energia elétrica		(16.624)	(4.633)
Depreciação e amortização		(11.088)	(11.088)
Utilização do bem público - UBP		(65)	(221)
	18	(36.619)	(23.149)
		13.353	18.331
Lucro bruto (Despesas) receitas operacionais		(765)	(946)
Administrativas e gerais		(23)	–
Depreciação e amortização		(695)	(1.340)
Pessoal		–	–
Honorários da diretoria e conselho de administração	20.3	(384)	(358)
Outras receitas		269	–
	18	(1.598)	(2.644)
		11.755	15.687
Lucro antes do resultado financeiro		19	13.998
Despesas financeiras		(1.669)	(827)
Recetas financeiras		(12.329)	(14.141)
		(574)	1.546
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(574)	1.185
Resultado por ação		–	–
Básico e diluído - R\$		16	(0,0068)
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		84.100	84.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

		(Em milhares de reais)	
		31/12/2014	31/12/2013
Luc			

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais)

20. PARTES RELACIONADAS

20.1. Transações com partes relacionadas: Os contratos celebrados ou que possa celebrar, com partes relacionadas são estabelecidos em condições específicas formalizadas entre as partes, bem como avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008. Todas as transações entre partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	31/12/2014	31/12/2013
Passivo circulante		
AF Energia S.A. - Prestação de serviços	167	157
ACE Comercializadora Ltda. - Prestação de serviços	5	—
	<u>172</u>	<u>157</u>
Passivo não circulante		
Alupar - Adiantamento para futuro aumento de capital	6.400	6.400
	<u>6.400</u>	<u>6.400</u>
Patrimônio líquido		
Alupar - Adiantamento para futuro aumento de capital	206.176	206.176
	<u>206.176</u>	<u>206.176</u>

20.2. Garantias: A transação de garantia está abaixo relacionada:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2014
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	09/04/08	15/09/27	168.200	163.736
30/04/14	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Finança	Fiança nº 180469414 - Garantir obrigação pecuniária do Fiançado, referente a compra e venda de energia conforme o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional - CVPL 005/2014, firmado entre as partes em 17/03/2014	02/05/14	02/02/15	171.258	171.258
01/09/14	Diretoria	Ijuí	Alupar	Finança	Fiança nº 180967214 - Garantir obrigação pecuniária do Afiançado, referente ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº 41800_712.731, celebrado entre as partes em 01/06/2014 - COMPASS	01/09/14	02/02/15	739.010	739.010

20.3. Remuneração da alta administração: A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus à remuneração de valor equivalente a 10% daquela devida à Diretoria. No exercício de 31 de dezembro de 2014, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Benefícios de curto prazo (a)	(330)	(304)
Remuneração do conselho	(54)	(54)
Total	<u>(384)</u>	<u>(358)</u>

(a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da **Ijuí Energia S.A.** - São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações contábeis da Ijuí Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento

de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. **21.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2014		31/12/2013		Mensuração do Valor Justo	Classificação por Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	2.619	2.619	5.524	5.524	Nível I	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5.995	5.995	5.396	5.396	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Títulos e valores mobiliários	9.623	9.623	8.834	8.834	Nível I	Ativos financeiros disponíveis para venda
Cauções e depósitos judiciais	306	306	209	209	Nível I	Empréstimos e recebíveis
	<u>18.543</u>	<u>18.543</u>	<u>19.963</u>	<u>19.963</u>		
Passivo						
Fornecedores	6.059	6.059	997	997	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos - Circulante	13.368	13.368	13.404	13.404	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos - Não circulante	150.368	150.368	163.166	163.166	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	<u>169.795</u>	<u>169.795</u>	<u>177.567</u>	<u>177.567</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: • Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e • Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro. **21.3. Informações sobre liquidez:** A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **21.4. Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros: Análise de sensibilidade das aplicações financeiras:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 26 de dezembro de 2014, foi extraída a projeção do indexador CDI e assim definindo-os com o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Aplicações Financeiras (Caixa e equivalentes de caixa)	Indexador	Posição em 31/12/2014	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				6,24%	9,35%	12,47%	15,59%
CDI	1.946	121	182	243	303	364	

Análise de sensibilidade das dívidas: Com base no relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 26 de dezembro de 2014, foi extraída a projeção do indexador TJLP e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2014, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

BNDES	TJLP	+	3,17%	150.368	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
						2,75%	4,13%	5,50%	6,88%
				9.033	11.166	13.299	15.432	17.565	

Contadora: Patrícia N. S. Ferreira - CRC 1SP237063/O-2



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

São Paulo, 19 de fevereiro de 2015

apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ijuí Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, na qual informa que as operações das UHE foi iniciada durante o exercício de 2011 e durante os últimos exercícios a Companhia vem dependendo quantias significativas relacionadas a compra de energia elétrica, para fazer face as obrigações de disponibilização de energia elétrica prevista em seu contrato, haja vista o cenário hidrológico atual do país. Essas duas situações em conjunto contribuiu para que a Companhia apresentasse em 31 de dezembro de 2014 situação de capital circulante líquido negativo, prejuízos acumulados e fluxo de caixa negativo nos montantes de R\$13.425 mil, R\$ 20.214 mil e R\$ 2.905 mil, respectivamente. A Companhia depende de aporte de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou de terceiros,

juntamente com os resultados futuros suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados. Em 31 de dezembro de 2014 nenhum ajuste foi registrado para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos e a consequente resolução desta incerteza. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 26 de fevereiro de 2014, que não contem nenhuma modificação.